



JORNAL

do

Parlamento Nacional

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2023-2028)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a Maria Fernanda Lay

Vice-Presidentes: Ex.^{mo} Sr. Alexandrino Afonso Nunes

Secretária: Ex.^{ma} Sr.^a Virgínia Ana Belo

Vice-Secretárias: Ex.^{mas} Sr.^{as}

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão plenária às 09h22, e procedeu-se à leitura da agenda do dia. De seguida, pediu à Sr.^a Secretária da Mesa para fazer a leitura dos requerimentos de justificação de faltas.

No Período Antes da Ordem do Dia, o presidente da Bancada do KHUNTO (António Verdial de Sousa) fez uma declaração política sobre o assunto da nacionalização de terrenos que tinham pertencido a particulares ou a instituições governamentais no tempo das Administrações Portuguesa e Indonésia e sobre a atribuição de certificados de propriedade de bens imóveis aos cidadãos.

Nas Intervenções Diversas, os Srs. Deputados levantaram questões sobre a ocupação do campo de futebol em Liquiçá, o atraso em projetos de emergência em Lospalos, os despejos administrativos realizados pelo Secretário de Estado dos Assuntos da Toponímia e da Organização Urbana (SEATOU), o programa do VIII Governo Constitucional sobre a construção de casas para

as populações, a elevada mortalidade dos pacientes no Hospital Nacional Guido Valadares, os boatos sobre as munições entradas ilegalmente em Timor-Leste, as infraestruturas públicas inadequadas para acesso de pessoas deficientes, o mau estado de duas pontes em Manufahi e de outra em Barique, e a falta de muro de proteção para a várzea dos agricultores em Manatuto. E por último, o Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares respondeu às perguntas colocadas pelos Deputados.

No Período da Ordem do Dia, o Plenário aprovou três edições do Jornal do Parlamento Nacional.

Os Srs. Deputados que intervieram foram António Verdial de Sousa (KHUNTO), Lídia Norberto dos Santos Martins e Antoninho Bianco (FRETILIN), Albino da Silva (CNRT), Maria Angelina Lopes Sarmento (PLP), Francisco da Costa «Ikulay» (CNRT), Nurima Ribeiro Alkatiri (FRETILIN), Patrocínio Fernandes dos Reis, Gabriel Soares e Cedelízia Faria dos Santos (CNRT).

A Sr.^a Presidente declarou encerrada a sessão às 10h48.

Sr.ª Presidente (Maria Fernanda Lay): — Ha'u deseja bom dia ba ita hotu.

A Sr.ª Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 22 minutos.

A nossa sessão de hoje vai ser em língua portuguesa.

Sugiro aos distintos Deputados que, para as próximas reuniões do Plenário, quando não atingirmos o número de quórum até as 9h30, deixamos de ter sessões plenárias e vamos fazer outros trabalhos. Porque há trabalhos que estão à nossa espera, e não temos tempo para tratar de tudo num dia, por causa dos atrasos.

Segundo, sugiro aos distintos Deputados que, logo no início dos Plenários, levantem as mãos, para os que quiserem intervir. Sendo assim, a Mesa poderá fazer a gestão das intervenções para podermos concluir os trabalhos em tempo certo. Eu agradecia imenso se pudessem ajudar a Mesa a fazer esta gestão.

Na nossa sessão plenária, a reunião plenária de terça-feira, 14 de janeiro de 2025, no Período Antes da Ordem do Dia, temos a justificação de faltas dos senhores Deputados Ricardo Baptista, António da Conceição, Maria Anabela Sávio, Nurima Ribeiro Alkatiri, Dário Madeira, Carmina Carlota e Maria Gorumali Barreto.

A seguir, serão as declarações políticas das Bancadas Parlamentares da FRETILIN e do KHUNTO. Terceiro, Intervenções Diversas dos senhores Deputados e, por último, no Período Antes da Ordem do Dia, intervenção do Senhor Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares sobre as questões suscitadas pelos senhores Deputados.

E, no Período da Ordem do Dia, será a aprovação do Jornal do Parlamento. Das três edições seguidas que serão aprovadas por último, durante o Período da Ordem do Dia. Dou imediatamente tempo à Senhora Secretária, para fazer a leitura da justificação das faltas.

Faz favor, Sr.ª Secretária.

Sr.ª Secretária da Mesa (Virgínia Ana Belo): — Obrigada, Sr.ª Presidente.

Bom dia, Sr.ª Presidente, Vice-Presidentes, Colegas Deputados, Sr. Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares e audiência.

«Requerimento de justificação de faltas,

Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Ricardo Baptista, Deputado ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada do CNRT, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificadas as faltas dadas às reuniões do Plenário nos dias 17 de dezembro de 2024 e 7 de janeiro de 2025, por motivo de razões ponderosas.

Data: 10 de janeiro de 2025,
o Deputado Ricardo Baptista.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

António da Conceição, Deputado ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada do PD, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificada a falta dada à reunião do Plenário no dia 17 de dezembro de 2024, por motivo de saúde.

Data: 13 de janeiro de 2025,
o Deputado António da Conceição.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Anabela Sávio, Deputada ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada da FRETILIN, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificadas as faltas dadas à reunião do Plenário e Comissão nos dias 07 a 09 de janeiro de 2025, por motivo de razões ponderosas.

Data: 13 de janeiro de 2025,
a Deputada Maria Anabela Sávio.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Nurima Ribeiro Alkatiri, Deputada ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada da FRETILIN, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificadas as faltas dadas à reunião do Plenário e Comissão nos dias 7 a 9 de janeiro de 2025, por motivo de razões ponderosas.

Data: 13 de janeiro de 2025,
a Deputada Nurima Ribeiro Alkatiri.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Dário Madeira, Deputado ao Parlamento Nacional, pertence à Bancada da FRETILIN, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificadas as faltas dadas à reunião do Plenário nos dias 16 e 17 de dezembro de 2024, por motivo de razões ponderosas.

Data: 13 de janeiro de 2025,

o Deputado Dário Madeira.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Carmina Carlota, Deputada ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada do CNRT, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificada a falta dada à reunião do Plenário no dia 7 de janeiro de 2025, por motivo de razões ponderosas.

Data: 13 de janeiro de 2025,

a Deputada Carmina Carlota.»

«Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Gorumali Barreto, Deputada ao Parlamento Nacional, pertencente à Bancada do CNRT, vem requerer a Vossa Excelência que se digne considerar justificada a falta dada à reunião do Plenário no dia 7 de janeiro de 2025, por motivo de razões ponderosas.

Data: 13 de janeiro de 2025,

a Deputada Maria Gorumali Barreto.»

Obrigada, Sr.^a Presidente.

Sr.^a **Presidente**: — Muiíssimo obrigada, Sr.^a Secretária.

De seguida, vamos para a declaração política das bancadas parlamentares.

Início com a Bancada da FRETILIN.

Fica cancelado? Como é que é? Não sei...

Sr.^a **Nurima Ribeiro Alkatiri** (FRETILIN): — Sim, Presidente. Por favor, retire.

Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Fica retirada a da Bancada da FRETILIN. Dou imediatamente a palavra à Bancada do KHUNTO.

Sr. **António Verdial de Sousa** (KHUNTO) : — Obrigada, Sr.^a Presidente.

Bom dia, Sr.^a Presidente e componentes da Mesa, caros colegas Deputadas e Deputados. Para o tempo, muitíssimo obrigado.

Bom dia a todos. E a todos nós, os que estão presentes aqui nesta Casa Magna, as minhas saudações fraternais.

Hoje, a Bancada do KHUNTO volta a falar, e está prometido que continuará a falar, dentro desta Casa da Democracia, devemos fazer isto de forma contínua, por causa de obrigações e exigências morais.

Em seguida, façamos esta declaração política para lembrar ao Governo que todos nós devemos ouvir e ver as exigências e as esperanças da nossa sociedade.

A todos os meus colegas distintos Deputadas e Deputados, bem como aos fiéis ouvintes da Rádio Parlamento Nacional e a todos os presentes dentro desta Casa Magna, que eu amo e respeito, com base nos problemas e em foco com os resultados e observações que tenho acompanhado, posso concluir que a avaliação do processo de política fundiária, relativamente a terrenos e edifícios, com base na Lei n.º 1/2003, de 10 de março de 2003, é a seguinte:

A terra é o capital básico para o desenvolvimento. Quase não há desenvolvimento que não exija terra. Assim, o Governo tem autoridade para criar uma política de nacionalização, que é utilizar a Lei n.º 1/2003, para publicar bens imóveis pertencentes a particulares e ao Governo, especialmente o Governo português e o indonésio, deixados para trás após a Independência de Timor-Leste, através de uma recolha de dados nacionais.

Segundo, melhorar o bem-estar da comunidade, através do recurso à nacionalização. Conforme o regulamento na Lei n.º 1/2003, foram registadas 12 mil 943 aquisições, e 1927 eram bens do Estado. A recolha de dados e a utilização dos resultados da nacionalização decorreram bastante bem e de forma eficaz, com 11 mil 343 reclamações registadas e 1927 ativos estatais a serem utilizados pela comunidade.

Três, existem regulamentos legais claros, coordenação entre agências governamentais, apoio de doadores internacionais, disponibilidade de recursos humanos apoiados por instalações e infraestruturas adequadas.

Excelências, distintos Deputadas e Deputados, como um membro do Parlamento Nacional que tem a memória institucional e entende um pouco de coisas relacionadas com questões fundiárias, como um bom cidadão, tenho realmente a obrigação moral de aconselhar o atual legítimo IX Governo Constitucional. Com base nos resultados das observações no terreno até agora, no seguimento das conclusões que foram operacionalizadas até agora, juntamente com sugestões e contributos como recomendações baseadas nas seguintes observações, o Governo de Timor-Leste, especialmente o IX Governo Constitucional, deve continuar a formular uma política relacionada com a ação de nacionalização que tem sido implementada desde o ano de 2003.

Porque existem 2943 reclamações relacionadas com a propriedade de terrenos e edifícios que foram registados diretamente em Díli ou outras através da embaixada, é necessário estabelecer imediatamente um bom mecanismo para a liquidação dos direitos de propriedade dos

estrangeiros afetados pela nacionalização, e, além disso, ser capaz de atribuir direitos de propriedade aos cidadãos nacionais com um esforço do Governo de melhorar o bem-estar do povo de Timor-Leste na terra, setor conforme proclamado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030, através de uma visão e missão baseada na Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Excelências, distintos Deputadas e Deputados.

O Governo deve, o mais rápido possível, legislar, especificamente, regulando os direitos de propriedade sobre terrenos ou edifícios, incluindo os resultados da nacionalização que tenham sido utilizados pelas comunidades durante um longo período de tempo e a localização de terrenos ou edifícios que sejam menos estratégicos para o interesse público, para que possa proporcionar segurança jurídica à comunidade, no que diz respeito a terrenos ou edifícios na sua utilização.

A condição de propriedade de um terreno ou edifício é o direito de propriedade integral de uma pessoa, sem interferência de outras pessoas ou outros proprietários, e não é limitada no tempo para que o proprietário possa penhorar o certificado de propriedade do terreno ao banco.

Distintas Deputadas e Deputados que eu saúdo, para tratar de todas as questões relacionadas com a terra, tanto administrativas, técnicas, bem como operacionais, na qualidade de Deputado aqui dentro desta Casa Magna, gostaria de falar francamente, honestamente, e sugerir ao nosso IX Governo Constitucional, que é o Governo legítimo, que a autoridade Secretário de Estado de Terras e Propriedades com sua única diretiva, Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais, que é belo e melhor não ingressar no Ministério da Justiça, mas permanecer sozinho e responsável diretamente perante o Primeiro-Ministro, com o seu objetivo fundamental de definir a política fundiária, tanto administrativa, como técnica, sem dar a impressão de uma burocracia complicada e morosa.

Além disso, esta autoridade pode facilmente formular e melhorar todas as políticas indicadas, como fatores de apoio, e minimizar os fatores inibidores que muitas vezes surgem durante a implementação de uma política.

Como Deputado, sempre acompanho as notícias e observo continuamente os atos e atitudes dos governantes que trabalham a nação a serviço da comunidade, e continuo monitorando o despejo administrativo. Meus colegas, distintas Deputadas e Deputados, que eu respeito, se falamos em despejo, é a última alternativa tomada pelo Governo. Como sabemos, a SEATOU realiza as suas tarefas com base na lei N.º 6/2017, de 19 de abril, relativa ao ordenamento básico do território, contudo uma coisa que importa recordar – mais uma vez, uma coisa que importa recordar –, é que ainda existe o artigo 54.º da Constituição da República Democrática de Timor-

Leste, n.º 3, que é claro. N.º 3 que é claro! «A requisição e a expropriação por utilidade pública só têm lugar mediante justa indemnização, nos termos da lei.» O que devemos ver é que ainda existe a Lei n.º 1/2003, de 10 de março, relativa ao Regime Jurídico dos Bens Imóveis, com os seus 20 artigos, e em que podem ser lidos, no capítulo III, os artigos 7.º e 8.º, que falam claramente sobre o despejo administrativo com os seus requisitos estabelecidos, e ainda o seu artigo 17.º, relativamente à entidade competente. Neste, o n.º 1 diz que «a DTP (Direção de Terras e Propriedades), na dependência do Ministério da Justiça, é a entidade responsável pela execução da presente lei». Esperamos que todos nós possamos compreender as regras para cumprir os deveres do Estado com total responsabilidade.

Tenho dito. Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr.ª **Presidente:** — Muito obrigada.

Distintos Deputados, de seguida, vamos para as Intervenções Diversas dos senhores Deputados.

E vou diretamente dar a palavra à Sr.ª Deputada Lúcia Norberta Martins.

Sr.ª **Lúcia Norberta dos Santos Martins** (FRETILIN): — Obrigada, Sr.ª Presidente.

Eu queria fazer esta intervenção, reforçando a intervenção que fiz na semana passada em relação à ocupação do terreno do Estado por algum indivíduo no Município de Liquiçá.

Rai ne'ebé agora daudaun senhor Railós ocupa ne'e ema Liquiçá tomak hatene rai ne'e ninia estatuto nu'udar rai Estado no fatin histórico. E próprio senhor Railós rassik hatene no reconhece katak rai ne'e, rai Estado duni. Iha tempo ocupação indonésia, Estado Indonésia constrói campo futebol iha fatin ne'ebá hodi Estado utiliza hala'o evento desportivo, *Pekan Olahraga Daerah* atau PORDA. Iha campo refere mós mak juventude Lorico Aswain sira consegue hassa'e bandeira nacional RDTL iha kalan dia 16 de julho de 1993, molok loron integração 17 de julho. Eu quero mostrar aqui a foto da prova dos da juventude que içaram a bandeira de Timor-Leste naquela altura e foram presos, e eles vestiram aqui a roupa de prisioneiros quando estavam a ser investigados.

A senhora Deputada mostrou uma folha em que estava impressa a foto dessa ação no momento em que arriaram a bandeira da Indonésia e da investigação pela POLRI

Senhor Railós ocupa rai ho dalan kle'uk, tanba contra Lei n.º 13/2017, de 5 de junho – Regime Especial para Definição da Titularidade dos Bens Imóveis. Atu hanoin mós katak iha VIII Governo

iha tiha ona plano hussi Secretário de Estado da Juventude e Desporto atu harii estádio ida ho capacidade natoon hodi desenvolve desporto iha Município Liquiçá. Iha VIII Governo mós autoridade municipal Liquiçá ho Secretaria de Estado da Juventude e Desporto ne'ebé acompanha mós iha momento ne'ebá hussi F-FDTL no PNTL ba sukat rai iha campo refere no nia sorin-sorin sira, hamutuk hectares neen, hodi ho objetivo atu constrói estádio refere. Iha sorin seluk, senhor Railós defende an katak nia hola rai hussi comunidade. Ha'u la questiona kona-ba hola rai hussi sé, ha'u-nia intervenção iha semana kotuk ha'u refere liu ba cidadão ne'ebé ocupa rai Estado maibé SEATOU la halo intervenção. Tanba ha'u-nia hatene rai ne'ebé ha'u refere ne'e rai propriedade Estado nian que cidadão hotu tem que cumpre wainhira Estado iha ona plano atu halo investimento ou atu usa. Senhor Railós hateten katak «ko'alia la iha facto no *asal bunyi*» maibé senhor Railós rassik reconhece katak rai refere rai Estado no nia ocupa duni hodi fakar rai-henek e ita bele haree iha nia entrevista. Ikusliu, ami hakarak reafirma iha-ne'e, ha'u-nia intervenção ha'u la refere ba questão pessoal se nia hola rai hodi halo negócio iha área saida ne'e, ha'u la preocupa. Ha'u questiona ba injustiça ne'ebé SEATOU halo iha terreno. Ema hotu iha lei nia okos, tanba saida mak ema kbiit-laek sira ocupa espaço público hodi buka moris, Estado bá duni lailais loos? Maibé ema sira hanessan *bahasa* indonésia dehan karik *orang berada*, quando usa no ocupa rai Estado ba halo negócio, Estado la atua ka la duni. *Ada apa dibalik itu?* Tanba ne'e mak ami ko'alia e ami defende, uluk quando iha cerimónia içar bandeira 28 de Novembro iha Liquiçá iha discussão ida entre comunidade ho autoridade katak harii bandeira ne'e tem que halo, labele halo iha Pilila, quando ita hotu bá iha Pilila be udan ne'e, tuir loos labele halo iha ne'ebá. Halo mak iha fatin ida ha'u refere ne'e, tanba histórico juventude Lorico Assuwa'in Liquiçá brani, brani hodi bele hassa'e bandeira e tem que halo mak iha-ne'e. Mas tanbassá mak dada tiha mai halo fali iha fatin seluk? Ida-ne'e mós sai razão. Entre sira ne'ebé mak agora iha-ne'e, ida hamriik ne'e senhor Augusto Mouzinho ne'e mate iha massacre Liquiçá nian, ida fali haruka ne'e, saudoso Hatoli, ex-guerrilheiro ida, ne'e mós mate ona. Só moris ne'e mak ida be sa'e bandeira riin ne'e, naran senhor Simão, agora serviço mós iha Estado ne'e. Tanba ne'e mak ami defende, ha'u la defende ba buat seluk, ha'u defende ba rai Estado, rai Estado fó ba Estado. Agora, se senhor Railós ko'alia ba ha'u-nia personalidade, ko'alia ba buat seluk, ba ha'u-nia família, ha'u sei la toca, ha'u lakohi foca ba buat seluk, ha'u foca mak ba rai Estado de'it.

Mak ne'e de'it. Obrigada.

Sr.^a **Presidente:** — Distintos Deputados, eu gostaria de relembrar para lerem a sessão de hoje em língua portuguesa. Penso que foi distribuído e todos sabem. Para não repetirem, eu gostaria de fazer lembrar novamente: a sessão de hoje é em língua portuguesa.

Segue-se o Sr. Deputado Albino da Silva.

Sr. Albino da Silva (CNRT): — Muito obrigado.

Bom dia, Vossa Excelência Presidente do Parlamento Nacional, composição da Mesa, Vossa Excelência Vice-Ministro para os Assuntos Parlamentares, distintas e distintos colegas Deputados. Muito bom-dia a todos e as minhas saudações, FALBO (Fiar An La’o Ba Oin)!

Eu quero relembrar a Vossa Excelência, Vice-Ministro, que há dois projetos de emergência no Município de Lautém, que até agora é considerado emergência, mas já lá vão dois anos que não estão concluídos, e até um projeto que nem começou até agora. A cerca de deslizamento do terreno em Tutuala, que causou danos na estrada que liga Lospalos a Tutuala, este projeto é considerado um projeto de emergência. Na altura, a companhia implementadora pediu ao Governo para continuar, embora tivesse que ter um aditamento de orçamento. Mas ele queria, com o seu orçamento, continuar o projeto, mas naquela altura as Obras Públicas não quiseram. As Obras Públicas queriam pôr aquela questão em estudos, para depois continuar com o projeto. Eu questiono esta questão de estudos, um estudo que já lá vão dois anos... Quando é que concluem estes estudos? Porque a estrada que liga Lospalos a Tutuala, aquela parte... Nós todos sabemos que estamos agora em janeiro e as chuvas torrenciais virão nos meses de abril e maio. Se vierem chuvas torrenciais e agravarem aquela situação, com certeza a ligação de Lospalos a Tutuala fica cortada, não há ligação. E no Ano Novo, ainda há pouco, aconteceram muito desastres, especialmente de motorizadas, por causa da questão das estradas. Então, peço ao Governo que conclua os estudos e dê andamento ao projeto para facilitar a movimentação da população. Assim, como a ponte de Weru-Koco, em Lautém. Se a companhia implementadora não tiver condições, não tiver capacidade de implementar, porque é que não dá a outra companhia que tenha capacidade? Porque até agora anda, não anda, está parada até agora. Porquê? Aqui no Parlamento, a Comissão E já foi duas vezes àquele sítio, mas não tem solução. Então, o resultado do que leva daqui do Parlamento para fazer chegar ao Governo, parece que isto não tem importância! Eu creio que já foram várias as vezes que apresentei a questão aqui na minha intervenção. Peço ao Governo que considere e conclua este projeto.

Segundo, eu concordo com a declaração da Bancada do KHUNTO e eu creio que é muito importante, portanto peço ao Governo e ao Parlamento Nacional que produzam leis para podermos beneficiar o nosso povo na continuidade das suas atividades.

Obrigado.

Sr.^a Presidente: — De seguida, o Sr. Deputado Antoninho Bianco.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Obrigado.

Bom dia, Presidente, componente da Mesa, representante permanente do Governo, Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares, colegas Deputadas e Deputados, e ouvintes e telespectadores.

Primeiro de tudo, queria agradecer a Deus porque ainda estou vivo para defender a verdade.

Segundo, quero secundar as declarações feitas, as declarações das bancadas parlamentares ontem, principalmente a declaração da Bancada da FRETILIN, do PLP, e algumas ideias da declaração do KHUNTO e do PD. Estas declarações são aspirações próprias do povo. Somos representantes do povo, por isso, neste dia 14 de janeiro de 2025, como representante do povo, quero apresentar aspirações e, ao mesmo tempo, quero defender os direitos do povo afetado.

Este é o dever e a obrigação de cada pessoa, como representante do povo, para expressar aqui na Magna Casa, para o Plenário. Principalmente, peço que o Governo, o IX Governo, que foi representado pelo SEATOU, e muitas vezes foram criticados, não só por membros deste Parlamento, mas o Presidente, como Chefe de Estado desta República Democrática de Timor-Leste, também, tantas vezes, apresentou protestos... Até queixas diretamente ao Ministério Público! Mas, relativamente a este assunto, quero perguntar diretamente ao Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares qual é a resposta, qual é o processo para travar os atos desumanos de um membro do Governo que muitas vezes as pessoas questionaram? Não só o Parlamento, mas também o povo em geral.

Será que é uma política própria deste IX Governo para destruir a imagem do Estado fora do País? Será que esta é uma política que constitui uma prioridade dentro das prioridades do Governo nesta governação? O Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares é para defender só a posição do Governo ou para defender também a verdade da aspiração do povo? Vocês são governantes, obtiveram a confiança do povo através da eleição, mas neste momento as ações dos governantes desumanos são absolutamente indesejáveis nesta terra. Principalmente em Timor-Leste, porque cada Governo em qualquer parte do mundo é obrigado a servir o seu povo humanamente, através do planeamento correto, implementação correta, e coordenação correta em prol da felicidade da vida do seu povo.

No entanto, a realidade sentida pelas pessoas que lhes deram o poder é que este foi mal utilizado pelas autoridades, principalmente o IX Governo, deslocando pessoas inocentes das suas casas e dos locais de negócio que eram o seu meio de subsistência.

Relativamente à atuação do IX Governo, que muitas pessoas acompanharam aqui no nosso País e fora do País, eu anotei aqui cinco pontos principais para apresentar ao representante do

Governo. Primeiro, centenas de casas que foram destruídas, quantas casas foram construídas, como casas para proteger a vida das famílias? Segundo, todas as esperanças dos planos de vida das família foram destruídas...

Sr.^a **Presidente**: — Conclua, Sr. Deputado!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — ... agora qual é a solução do Governo para melhorar a vida, e construir a vida, segundo os interesses das pessoas do povo que foram destruídos desumanamente?

Terceiro, as crianças em idade escolar tiveram que abandonar a escola urgentemente...

Sr.^a **Presidente**: — O tempo acabou, Sr. Deputado!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — ... por causa dos atos desumanos do Governo. Qual é a solução para este problema?

Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Mas e o quarto?

Sr.^a **Presidente**: — Conclua, Sr. Deputado!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Pronto, mais cinco minutos!

Sr.^a **Presidente**: — Haa?!?

Risos dos Deputados e comentários do CNRT.

Sr.^a **Presidente**: — Não pode ser!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Porque ainda há muito tempo aqui.

Sr.^a **Presidente**: — Não! O Sr. Deputado tem...

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Se as pessoas não querem utilizar a oportunidade, eu vou aproveitar esta oportunidade em nome da Bancada.

Risos da Bancada do CNRT.

Sr.^a **Presidente**: — Não pode ser! Não é uma declaração política.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Ah, se calhar também... Mas nós temos quantas pessoas...

O microfone foi desligado pela Presidente.

Sr.^a **Presidente**: — Eu peço imensa desculpa, mas para intervenção são cinco minutos. Não deturpe o Regimento do Parlamento. *No!* Sr. Deputado, conclua, por favor!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Quarto, os meios de subsistência que sempre garantiram a sobrevivência das famílias deslocadas foram destruídos pelas autoridades, principalmente pelo Governo. Qual é a solução que foi adotada por este Governo para resolver o problema?

Quinto, não são os desastres naturais que destroem o futuro das pessoas deslocadas, mas sim o desastre...

Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mais uma vez chamo-lhe a atenção para concluir!

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — ... criado pelos governantes que destroem o futuro do seu próprio povo.

Risos dos Deputados.

Por último, quero relembrar aos governantes: primeiro, quanto à realidade dos problemas, aspiramos a que Deus desperte a consciência dos que estão no poder, principalmente o IX Governo, para prestar atenção e corrigir os erros dos que estão no poder, de modo a não repetirem o abuso do poder do povo para agir contra o seu próprio povo; segundo...

O microfone foi desligado pela Presidente enquanto o Deputado estava a falar.

Comentários da Bancada do CNRT. O Deputado continua a falar, sem microfone. Há risos de vários Deputados.

Sr. Presidente: — Sr. Deputado, isto é um abuso! Eu peço imensa desculpa, mas temos limites, e o Sr. não pediu autorização para utilizar a Bancada. E não está autorizado para fazê-lo.

De seguida, chamo imediatamente a Sr.^a Deputada Maria Angelina Sarmento.

Sr.^a Maria Angelina Lopes Sarmento (PLP): — Ainda estamos a rir!

Muito obrigada pelo tempo, Sr.^a Presidente. Bom dia, bom dia à composição das Mesa, às distintas e aos distintos Deputados, ao Sr. Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Eu gostaria de destacar dois assuntos aqui, esta manhã. Primeiro, sobre as 4000 casas que ontem foram mencionadas por alguns Deputados aqui, que o VIII Governo veio apresentar aqui no Parlamento Nacional, se não me engano, em 2021 ou em 2022, o plano de construção de 4000 casas, e depois de apresentar o plano, o Governo pretendeu fazer um estudo de viabilidade sobre o terreno em que iam construir as 4000 casas. Mas o plano inicial era para construir apenas 2000 casas, não 4000 como foi mencionado na intervenção dos Deputados de ontem. O plano era para construir apenas 2000 casas, mas, depois de feito o estudo de viabilidade, este mostrou que a estrutura do terreno não conseguiria aguentar as casas com dois pisos, e entretanto o Governo decidiu construir apenas 1200 casas. Isto foi a informação dada pelo Governo.

E no processo do estudo de viabilidade, o Governo conseguiu fazer negociações com as famílias donas do terreno, para a negociação de indemnizações para a população poder sair e deslocar-se para outro novo sítio, mas depois houve duas famílias com que não conseguiram realizar a negociação final, concluir a negociação. Mas o estudo de viabilidade mostrou que a estrutura daquele terreno não conseguiria aguentar, se o Governo fosse construir as casas de dois pisos, não iria aguentar.

Porém, quando o IX Governo assumiu a governação decidiu não continuar este plano, portanto, as casas não foram construídas ainda, o terreno ainda está como no início, e as populações ainda continuam a viver lá, porque o IX Governo não decidiu continuar esta iniciativa do VIII Governo. E imaginamos, se naquela altura o Governo tivesse decidido construir, a situação caótica que aconteceu no Fomento não aconteceria. A população poderia ser deslocada ou... Naquela altura, o Governo ofereceu uma modalidade através de crédito. As famílias que não tivessem possibilidades de pagar diretamente em *cash* podiam fazer o crédito. Os pais pagavam, se os pais falecessem os filhos pagavam, se os filhos não tivessem condições para continuar, os netos pagavam, até as famílias conseguirem concluir o pagamento de um certo montante, e atingido

esse montante a casa ficaria para eles, como donos. Isto foi o plano do VIII Governo antes de recolocar as populações que estão a viver no domínio público do Estado. Era isto que queria esclarecer aqui.

Segundo, sobre o Ministério da Saúde, é uma grande vergonha, moe boot ida, com a situação de colapso do Ministério da Saúde, principalmente no Hospital Nacional Guido Valadares, mas os dirigentes ainda tiveram a coragem de fazer um desfile de moda, *fashion show*, no hospital! É uma troça aos pacientes e às famílias que já não tinham um atendimento adequado e morreram no hospital injustificadamente.

E eu apoio a 100% a iniciativa do Sr. Deputado Mandati, que as famílias já submeteram a queixa ao Ministério Público em relação à Sr.^a Saudosa Célia Faria Ximenes – que por mera coincidência era nora do Sr. Mandati – e que é uma injustiça, totalmente uma injustiça, que os profissionais da saúde não conseguiram explicar qual a doença desta senhora, que não conseguiram fazer um tratamento próprio, até que deixou a sua vida no hospital injustificadamente. É uma vergonha! E eu lamento bastante, condeno bastante as atuações dos dirigentes do hospital que não têm sensibilidade humana em relação às pessoas. Eles é que estão próximos dos pacientes, mas eles não têm sensibilidade humana.

Muito obrigada.

Sr.^a **Presidente:** — De seguida, o Sr. Deputado Francisco da Costa.

Sr. **Francisco da Costa** «Ikulay» (CNRT): — Bom dia, Presidente, Vice-Secretárias e Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares, muito bom dia.

Hoje tenho uma preocupação que quero levantar aqui sobre o que ontem o Deputado Florentino já levantou, sobre as balas, kilat mussan, que saem ou entram neste País. Eu estou muito preocupado. A questão é que o Deputado pertence à Comissão B, que conhece muito, compreende muito nesta área, por isso eu vou transmitir ao Vice-Ministro que é preciso dar atenção a este assunto, porque quando se levanta este assunto assim em público, quer dizer que se está a dar também informação para o pessoal que leva estas balas para entrar e sair deste País. É uma preocupação!

Desculpa, em português é muito difícil para colocar, mas é um dever falar!

Voz de uma Deputada: — Fale, fale! Não vale a pena.

Sr. Francisco da Costa «Ikulay» (CNRT): — Se o Deputado Florentino tem uma informação verdadeira, então precisa de passar a informação à PNTL ou à PCIC, para que deem atenção, porque este assunto é muito importante para o País.

Segundo, Presidente, sobre o serviço do SEATOU, que o pessoal ou alguns grupos fazem muitas críticas, ao serviço do SEATOU. Mas é preciso lembrar que não há sucesso quando ainda não tem iniciador. É preciso compreender este assunto também. Que ita bele dehan la iha iniciador ida, quando ita seidauk hahú.

Sr. Joaquim dos Santos (FRETILIN): — Be VIII Governo hahú tiha ona ne'e!

Sr.^a Cedelízia Faria dos Santos (CNRT): — Hahú iha-ne'ebé? La hahú boot ida.

Sr. Francisco da Costa «Ikulay» (CNRT): — Sim, VIII Governo hahú duni.

Sr.^a Cedelízia Faria dos Santos (CNRT): — La hahú ida!

Sr. Francisco da Costa «Ikulay» (CNRT): — Agora ita hatutan ne'e, ita critica fali ne'e, tanbassá? Sim, Ita, claro, Deputado...

Sr.^a Cedelízia Faria dos Santos (CNRT): — La hahú ida!

Sr. Francisco da Costa «Ikulay» (CNRT): — Hahú tanba hanessan iha Tassitolu, hahú duni. Agora ita hatutan ne'e, hetan críticas maka'as ne'e, tanbassá? Hahú ne'e, hahú hussi VIII Governo, parabéns ba Ita-Boot sira! Agora Governo ida mai hatutan ne'e, sala ne'e iha-ne'ebé? Ha'u hanoin Ita-nia fuan ko'alia ida, Ita-nia ibun ko'alia ida. Mas se bele karik, reforça bá para sassán sira-ne'e ita coloca iha nia fatin. Tanba merece, e dever no obrigação para tem que hahú duni. Hahú hussi Ita-Boot sira. Obra Ita-Boot sira-nian, Ita-Boot sira haluha tiha ne'e, colega sira. Agora ami bá hatutan.

Obrigado barak.

Sr.^a Presidente: — Pode fechar o microfone? Muito obrigado.

De seguida, a Sr.^a Deputada Nurima Ribeiro Alkatiri.

Sr.^a Nurima Ribeiro Alkatiri (FRETILIN): — Obrigada, Sr.^a Presidente. Sr.^a Presidente, membros da Mesa, Sr. Vice-Ministro, distintos Deputados, buiberes e mauberes, bom dia.

Iniciando um novo ano, é uma oportunidade para também se rever e realinhar as prioridades do Estado com as necessidades e bem-estar dos cidadãos. Hoje, gostaria de chamar a atenção para uma questão fundamental que infelizmente ainda é muitas vezes negligenciada: a necessidade de garantir direitos e acessibilidade para as pessoas com deficiências.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. Em Timor-Leste, esses números podem ser ainda mais desafiadores devido às limitações nas infraestruturas e aos poucos serviços especializados disponíveis. Isso afeta diretamente o direito dessas pessoas de participar plenamente na sociedade como cidadãos com direitos iguais.

Por essa razão, gostaria de chamar a atenção a todos nós, incluindo especialmente ao Governo, para que se priorize o desenvolvimento e provisão de infraestruturas e serviços que permitam um acesso acessível aos nossos cidadãos que vivem com deficiências.

É essencial que as infraestruturas públicas como escolas, hospitais, edifícios governamentais e transportes sejam desenhadas e adaptadas para serem inclusivas. Rampas de acesso, banheiros adaptados, sinais tácteis para pessoas com deficiência visual e comunicação alternativa para pessoas surdas não são luxos. São direitos básicos, garantidos por convenções internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que Timor-Leste ratificou.

Sem infraestruturas acessíveis e apoio especializado, muitas pessoas com deficiência enfrentam exclusão na educação e no mercado de trabalho. Assim como para terem acesso a documentos de identificação e outros documentos necessários, a serem providenciados pelo Estado. Garantir escolas inclusivas e oferecer formação profissional adaptada não apenas respeita os direitos destas pessoas, mas também fortalece a sociedade, porque todos temos algo a contribuir.

A falta de serviços adequados como fisioterapia, apoio psicológico e tecnologias assistivas agrava ainda mais a marginalização. É imperativo que o Estado invista nesses serviços e forme profissionais qualificados para ser apoio a quem mais precisa.

Dito isto, conscientes sobre os problemas graves que o País enfrenta, relacionados com o colapso do sistema de saúde pública, da educação, e despejos efetuados de forma desumana, devemos lembrar que as pessoas com deficiências se encontram ainda mais vulneráveis aos impactos destas políticas anti-povo, anti-igualdade e anti-equidade.

O Estado deve proteger e criar condições para que todos os timorenses possam viver com dignidade e liberdade. E não atuar incitando mais discriminação e mais pobreza.

Precisamos duma mudança de mentalidade. A sociedade deve reconhecer que as pessoas com deficiência não precisam de caridade, mas de respeito, inclusão e oportunidades para serem protagonistas das suas próprias vidas.

Encerrando, relembro que uma sociedade inclusiva não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas a todos nós, todos os cidadãos, toda a população.

Um Timor-Leste acessível é um Timor-Leste mais justo, mais humano e mais preparado para o futuro, onde todos os seus cidadãos podem usufruir dos seus direitos de forma livre e justa.

Obrigada.

Sr.^a Presidente: — Antes de continuar, tenho um pedido de ponto de ordem da Sr.^a Deputada Maria Angelina Sarmento. Tem um minuto.

Sr.^a Maria Angelina Lopes Sarmento (PLP): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Eu gostaria de clarificar que o VIII Governo começou, mas a recolocar. Recolocar os cidadãos. Não como o que vocês fazem hoje. Vêm com as máquinas pesadas no momento em que as pessoas não estão prontas.

Ontem eu é que falei sobre as evicções que aconteceram no VIII Governo, no aeroporto, na rotunda e no Kampung Alor. As pessoas receberem a indemnização, logo no tempo da execução do despejo administrativo ou a evicção as pessoas já não estavam lá. Já tinham saído todas! Já estavam nas casas adequadas! É uma forma de dignificar o nosso povo, antes de fazer a recolocação. E ninguém gritou como aconteceu no Fomento!

Protesto de um dos Deputados sobre não ter havido divulgação na mídia.

As médias não divulgaram porque isto foi de acordo com as regras de evicção ou despejo administrativo. Não como o que aconteceu agora, que vocês têm feito, hoje em dia.

Sr.^a Presidente: — Muita obrigada.

De seguida, dou imediatamente a palavra ao Sr. Deputado Patrocino Fernandes dos Reis.

Sr. Patrocino Fernandes dos Reis (CNRT): — Obrigado, Sr.^a Presidente e componentes da Mesa, Sr.^{as} distintas e distintos Deputados, Sr. Vice-Ministro, público, e povo de Timor-Leste, bom dia.

Sr.^a Presidente, era para fazer uma intervenção sobre as declarações políticas das Bancadas Parlamentares aqui presentes, mas pretendo aguardar para uma declaração política da Bancada que será feita no momento certo, ou seja, na próxima semana, para responder a todas as declarações políticas.

E então, apenas aproveito a oportunidade para reforçar a intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Manuel Noronha ontem, levantada aqui sobre duas pontes em Manufahi, Same. Uma é uma ponte situada em Abatú, que a sua construção começou primeiro do que a construção da ponte de Kasnafar. E eu talvez já mais de duas vezes levantei aqui a questão, mas até agora ainda não tenho a informação, ou seja, a justificação do Sr. Ministro sobre qual é a razão do atraso do progresso desta construção da ponte.

Assim como uma ponte situada em Turón, que liga a capital Same com Betano, Fatuberliu, Alas, etc. e que está agora em situação grave. Precisa urgentemente a atenção do Governo para podermos assegurar a conectividade das populações de um espaço para outro espaço. Por isso, Sr. Vice-Ministro, por favor, informe o Senhor Ministro, para dar mais atenção, e transmita que os Deputados querem uma justificação sobre o atraso da construção da ponte de Abatú.

Obrigado.

Sr.^a **Presidente:** — De seguida, dou imediatamente a palavra ao Sr. Deputado Saul Salvador.

Sr. **Saul Salvador H. J. Amaral** (CNRT): — Sr.^a Presidente, retiro!

Sr.^a **Presidente:** — Obrigado.

Não tem problema, pode registar para a próxima semana.

E, por último, dou a palavra ao Sr. Gabriel Soares.

Sr. **Gabriel Soares** (CNRT): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, muito bom-dia, Srs. Vices, Secretária e composição da Mesa, Excelência Sr. Vice-Ministro, colegas distintas e distintos Deputados, média, e povo do ben Timor-Leste que eu amo no meu coração.

Sr.^a Presidente e Sr. Vice-Ministro, aqui eu só tenho dois assuntos que gostaria de colocar nesta Casa Magna, nesta manhã, em relação aos problemas sociais que o nosso povo, as nossas comunidades enfrentam. Eu acho que todos nós sabemos que agora estamos no tempo da chuva em todo o território. E então, o primeiro assunto, mais uma vez, em tétum talvez também eu já questionei aqui, é sobre a condição de ponte Lamara, situada no Posto Administrativo de Barique, Natarbora. Está em estado muito grave! Já há tantos anos! Desde o Governo anterior e até hoje em

dia, esta situação persiste e ainda não foi reconstruída esta ponte. Porque, e Vossa Excelência Vice-Ministro sabe muito bem, esta ponte não é só usada pela comunidade do município de Manatuto, mas esta ponte permitirá o transporte dos passageiros de três municípios da Costa Sul.

Por isso, sugiro ao Governo, mais uma vez, que tome atenção, e, se pode, que faça a construção brevemente. É urgente esta ponte, para que possa facilitar a vida quotidiana da nossa comunidade, para que agricultores e negociantes possam fazer a sua vida todos os dias.

Segundo assunto, também gostaria de relembrar ao Governo sobre a proteção da barragem da ribeira de Manatuto. Desde o Governo anterior até agora, como representante do povo lian-laek, que não tem voz, sempre questionei ou levantei este assunto. Porque o povo de Manatuto, e de Timor-Leste na maioria, ganha a vida com a agricultura. Peço o muro de proteção para poder proteger a várzea dos agricultores.

E por último, eu gostaria de dizer que estou muito contente sobre a clarificação que foi apresentada pela colega Deputada, não quero dizer o nome, mas a colega Deputada, sobre a construção de entre 2000 e 4000 unidades de casas. Mas hoje, se não me engano, eu vi mudar para outro número: 1500. Aqui eu tenho a evidência sobre a clarificação do Sr. ex-Ministro das Obras Públicas, aqui nesta Casa Magna, que falou de entre 2000 e 4000 unidades de casas, não é 1500! Agora mudando este número, isto é que vai ser uma confusão. Sr. Ministro, tem de fazer uma investigação sobre este assunto. O número vai mudando, mas aqui eu tenho evidências. Nesta Casa Magna foi explicado pelo Sr. ex-Ministro das Obras Públicas: entre 2000 e 4000 unidades de casas, dos dois sítios, Becora e Comoro.

Sr. Vice-Ministro, por favor, peço ao Governo que identifique a posição destas unidades de casas, porque o número aqui vai mudando. 2000 a 4000, e agora mudou para 1500 – e então as outras 500 foram para onde? É uma confusão, como representantes do povo.

Peço desculpa, Excelência Presidente do Parlamento Nacional, mas, mais uma vez, sugiro ao Governo que tem de fazer uma investigação sobre este assunto.

Obrigado.

Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigado.

Eu espero que sejam os últimos a registarem para intervir. Eu, quando começámos, pedi aos Distintos Deputados que no início das Plenárias registem logo, para podermos fazer a gestão do tempo. Entretanto, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Cedelízia Faria dos Santos.

Sr.^a **Cedelízia Faria dos Santos (CNRT)**: — Muito obrigada, Sr.^a Presidente, pelo tempo.

Bom dia a todos e com muito respeito à Presidente do Parlamento Nacional, composição da Mesa, distintos Deputados, Excelência Sr. Vice-Ministro, média e caríssimos ouvintes da Rádio do Parlamento Nacional.

Sr.^a Presidente, hoje não fiz a minha intervenção, mas aproveito esta oportunidade para solicitar informações sobre as audiências da Comissão C sobre a Conta Geral do Estado para o ano fiscal de 2023 que vão realizar durante dois dias, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2025, ou seja, amanhã e depois de amanhã, com os membros do IX Governo Constitucional, e com o Tribunal de Recurso, aqui na sala da Plenária. Por isso, peço aos Deputados da Comissão C, e a outros Deputados de outras Comissões que queiram participar, por favor, cheguem pontualmente às 9 horas da manhã, aqui, na sala da Plenária.

Muito obrigado. É só isso, Sr.^a Presidente.

Por último, secundo as intervenções do Deputado Ikulay e do Deputado Gabriel.

Muito obrigada.

Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada.

Antes de dar a palavra à Bancada do KHUNTO, tenho aqui um pedido de ponto de ordem.

Também eu peço para não responderem com pontos de ordem, porque não temos saídas para poder resolver imediatamente.

A Sr.^a Deputada Maria Angelina Sarmento pediu ponto de ordem. Dou-lhe um minuto.

Sr.^a **Maria Angelina Lopes Sarmento** (PLP): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

As perguntas devem ser dirigidas ao IX Governo, sobre as 4000 unidades de casas. O VIII Governo não tinha iniciado nenhuma construção ainda, não houve nenhum gasto para esta construção, porque o IX Governo não continuou este programa! O IX Governo nem quis saber se este programa era importante ou não, cancelou tudo! Por isso, o Sr. Deputado deve fazer a pergunta ao vosso Governo, ao próprio Governo. Que das 4000 unidades baixou para 1200, não é 1500. 1200 unidades de casas, não conseguiram fazer a construção, apenas foi feito o estudo de viabilidade e a negociação para indemnizar, mas nenhum gasto aconteceu no IX Governo para construir estas casas.

Obrigada.

Sr.^a **Presidente**: — Distintos Deputados, eu penso que não é primeira vez que acontece neste Parlamento, os Deputados da Bancada do Governo também têm uma palavra a pronunciar, e é

normal! Porque acompanham as políticas do Governo. Cada governação tem a sua política, continua ou não, são cinco anos.

De maneira que políticas dos Governos, nós podemos perguntar, mas cada governação tem o seu programa e o seu plano quinquenal. É que eu gostaria de fazer lembrar.

Entretanto, ainda tenho dois Deputados a fazerem intervenção do pedido de ponto de ordem. Dou a palavra ao Sr. Deputado Antoninho Bianco.

Um minuto, Sr. Deputado.

Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN): — Obrigado.

Aproveito um minuto para fazer duas perguntas. Primeira pergunta: quantos projetos foram cancelados do VIII Governo? Eu quero a lista dos projetos que foram cancelados, e qual é a razão principal? Segunda pergunta, a lista dos deslocados, quero obter esta lista dos deslocados forçados e os paradeiros das pessoas. Porque como representante do povo, dos que não têm voz, sou representante deles para fazer chegar... E futuramente é um dever ir até ao terreno, ver qual é a situação atual das pessoas forçadas a ir para a montanha...

Sr.^a Presidente: — Muito obrigada.

Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN): — ... porque esta é uma preocupação pertinente, não só para mim,...

Sr.^a Presidente: — O tempo acabou, Sr. Deputado.

Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN): — ... para os Deputados e para todas as pessoas. Obrigado.

Sr.^a Presidente: — *Ya.* De seguida, o Sr. Deputado Gabriel Soares. Tem um minuto.

Sr. Gabriel Soares (CNRT): — Obrigado, Presidente.

Agradecendo à minha colega Deputada, eu faço a intervenção aqui em relação ao pedido do ex-Ministro MOP (Ministério das Obras Públicas), no dia: Díli, 3 de maio de 2019. Não é 2021! Eu tenho esta informação e ouvi diretamente, por Sua Excelência o ex-Ministro. 4000 casas que foram identificadas nos dois sítios, Comoro e Becora. Por isso, como representante do povo, eu gostaria de dizer isto ao Governo, que tem que identificar! 2000 a 4000, mais do que suficientes! Mas a

questão de não construir ou construir, isto é outra questão. A questão aqui, como representante do povo, é que o Ministro pediu.

Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada.

Sr. **Gabriel Soares** (CNRT): — Obrigado.

Sr.^a **Presidente**: — Distintos Deputados, damos por terminadas as intervenções.

Vou dar a palavra diretamente à Bancada do KHUNTO. Faz favor, Sr. Deputado.

Sr. **António Verdial de Sousa** (KHUNTO): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Obrigado pela segunda vez, tenho a oportunidade de fundamentar ou fortalecer a nossa declaração política da Bancada de Kmanek Haburas Unidade Nacional Timoroan, que eu mesmo declarei ou li dentro da nossa Casa da Democracia da República Democrática de Timor-Leste.

Nós, a Bancada do Kmanek Haburas Unidade Nacional Timoroan, com a sua sigla KHUNTO, apoiamos todas as declarações políticas das Bancadas da FRETILIN e do PLP, que foram declaradas ontem aqui, nesta Casa Magna, especialmente pelas distintas Deputadas e Deputados que fizeram as suas intervenções relacionadas com a terra em todo o território nacional consoante com a disputa, expropriação ou despejo administrativo. Nós, a Bancada do Kmanek Haburas Unidade Nacional Timoroan, estamos conscientes e damos toda a nossa solidariedade. Sempre! Hoje estou na Casa Magna, sentado numa cadeira no Parlamento como representante do povo, ou Deputado, esta oportunidade foi apenas uma coincidência e chegará o dia em que definitivamente voltarei como uma pessoa comum.

Caros colegas Deputadas e Deputados, como um membro Parlamento que tem a memória institucional, eu entendo bem as coisas que têm relacionamento indireto ou direto com as questões fundiárias, como Deputado, tenho o dever e a obrigação moral de alarmar com os casos ou problemas relacionados com o IX Governo Constitucional, especialmente com o órgão executivo que no momento está em operações a tratar dos despejos, ou despejos administrativos. Por favor, tenham consciência de que a nossa riqueza em Timor-Leste é o nosso povo de Timor-Leste.

Tenho dito.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr.^a **Presidente**: — Distintos Deputados, damos por terminadas as intervenções dos Srs. Deputados, e chegamos à última intervenção, que é a do Sr. Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares. Foram 10 Deputados que fizeram as suas intervenções, mas eu não vou dar 50 minutos, vou dar só 20 minutos para responder, em início, às preocupações, porque são as mesmas de ontem e as respostas poderão vir por escrito.

Faz favor, Sr. Vice-Ministro.

Sr. **Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Adérito Hugo da Costa): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente do Parlamento Nacional, Srs. Vice-Presidentes, distintas e distintos Deputados.

Queria começar com as respostas, como sempre, e a primeira resposta é um tipo de observações relativas à declaração política da Bancada do KHUNTO. No IX Governo começámos com uma consideração séria deste setor, com uma complexidade que existe há longos anos, 22 anos após a restauração da Independência, a questão de terras e propriedades. Portanto, o regime legal mencionado através da declaração política da Bancada do KHUNTO, não se trata de um período de nacionalização, não se trata de um período de nacionalização, é um período de transição para depois considerarmos o próprio dono da terra. Trata-se de um período para os detentores de terras registarem as terras em seu nome.

Após a Independência de 2002, o Estado declarou a terra como património público, mas permite a propriedade privada para cidadãos timorenses, conforme o artigo 54.º da Constituição da RDTL. Se o proprietário não proceder ao registo nos termos da Lei n.º 13/2017, Lei das Terras e Propriedades, o Estado nacionaliza a terra. Portanto, é precisa uma definição clara sobre este período de transição, até existe esta Lei n.º 13/2017.

Através do programa do IX Governo para os próximo cinco anos, começámos agora mesmo no Ministério da Justiça uma equipa de trabalho conjunto para arrumar todos os dados que os Governos anteriores já várias vezes registaram na capital Díli, e também nos municípios, mas depois ficaram com estes dados na gaveta. Este novo trabalho vai criar uma resposta negativa da maioria porque vai ser um trabalho sério para definir claramente quem é dono da terra, incluindo casas ocupadas durante o período da Ocupação forçada de 24 anos pela Indonésia.

Portanto, até à data existe um regime de transição ainda, até ao nível final em que cada um terá o seu documento próprio, um documento final de dono dos bens imóveis.

Portanto, atualmente enfrentamos outros problemas no campo do desenvolvimento da economia da vida da família. O IX Governo apresentou aqui nesta legislatura uma proposta de lei de garantias de bens imóveis que agora está no Parlamento Nacional. A nossa expectativa nesta situação transitória é que esta proposta da Lei vai ser uma alternativa provisória para os donos

das propriedades, através desta Lei, terem algo que vale como documento legal para acesso ao crédito financeiro, empréstimo no banco, etc. Portanto, medidas transitórias para depois dar às famílias ou aos donos de terras ou bens imóveis um documento válido, para ser considerado para a atividade económica, através de empréstimos no banco ou outras atividades económicas.

Portanto, neste ponto da situação, o XI Governo continua a considerar que neste setor existe uma grande complexidade que necessita de um trabalho sério, imediato, para em curto prazo resolver.

Como sabemos, Sr. António Verdial, foi criado há sete anos o sistema nacional de cadastro, através da Lei n.º 13/2017, uma obrigação, através de lei, criámos este sistema nacional de cadastro, e foi estabelecida uma Comissão Nacional para disputas, mas depois, nos últimos seis anos, as comissões não existem, não foi dada continuidade à obra que já existe há muitos anos, à obra que refletia uma situação séria para resolver imediatamente através de mecanismo apropriado no setor de terras e propriedades.

Portanto, Sr. Deputado, o IX Governo vai continuar as medidas que consideramos como apropriadas, boas práticas para resolver imediatamente a situação neste setor.

Relativamente às Intervenções Diversas, sobre a intervenção do Sr. Deputado Bianco, queria, mais uma vez, em relação à questão da evicção, a última evicção e outras no passado, pedir, outra vez, a possibilidade de uma convocatória através de Comissões Especializadas, ou na Plenária, para um debate mais sério, mais concentrado nesta situação.

Inclui também outros setores, como a saúde. A prática de atendimento nos sítios como hospitais, clínicas e outros, que este Parlamento continua a exigir um desempenho mais sério, mais responsável através das linhas ministeriais, por isso, aguardamos a convocatória para um debate mais concentrado neste setor da saúde, e também no da educação.

Relativamente à questão de construção e obras urgentes em Lospalos, vou enviar imediatamente ao Ministério das Obras Públicas para dar as respostas, e, se possível, para a Comissão de Infraestruturas convocar algum tipo de audiência para ter uma resposta mais clara sobre o ponto da situação, das obras com carácter de emergência que ficaram abandonadas, e também sobre outras obras que ficaram pendentes mesmo estando já na lista de projetos de emergência e projetos com implementação através de um processo de aprovisionamento apropriado.

Relativamente à questão da ponte de Lamara, do Deputado Gabriel, continuamos sempre a informar os Ministérios relevantes, como o Ministério das Obras Públicas, para depois dar atenção séria ao estado da ponte Lamara, uma situação que já existe há muitos anos, várias vezes já

colocada na lista do Ministério das Obras Públicas, mas que no processo de implementação acaba por ficar pendente, até a data.

Relativamente à intervenção da Sr.^a Deputada Nurima Alkatiri, agradeço por estes dados estatísticos, queria também enviar ao Ministério da Solidariedade Social a questão levantada pela Sr.^a Deputada, para ter depois uma possibilidade de discussão mais detalhada, para entendermos, e vermos estas medidas para darmos atenção às pessoas deficientes aqui no nosso País.

Portanto, Sr.^a Presidente do Parlamento Nacional, não há mais informações, queria dizer, outra vez, que as questões das intervenções vão ser imediatamente enviadas aos Ministérios relevantes para que depois deem respostas aos Srs. Deputados.

Tenho dito.

Sr.^a Presidente do Parlamento Nacional, muito obrigado.

Sr.^a **Presidente**: — Muitíssimo obrigado, Sr. Vice-Ministro.

Mais uma vez solicito a esta Magna Casa, que nós temos ferramentas para debater com o Governo, mas tem que ser por solicitação. Em que modalidade queremos debater com o Governo? Interpelação ao Governo foi mencionada, mas tem que ter um pedido por escrito para eu dar seguimento. Não posso, por iniciativa própria, dar iniciativa a assuntos que devem ser feitos por escrito pelas Bancadas Parlamentares.

E mais uma vez, antes de terminar, para nós entrarmos no Período da Ordem do Dia, tenho ainda um pedido de Ponto de Ordem.

Sr. Deputado António Verdial, tem um minuto.

Sr. **António Verdial de Sousa** (KHUNTO): — Sr.^a Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

É a terceira vez que eu falo. Depois de ouvir a intervenção de S. Ex.^a o Vice-Ministro que trata dos Assuntos Parlamentares, fiquei um pouco... Ha'u laran ladún satisfeito! Como Deputado, eu faço lembrar ao Governo que o Governo deve entender realmente como lidar com a questão fundiária, senão estamos fazendo uma bomba e vai chegar a hora de ela explodir.

Por último, mais uma vez faço lembrar ao Governo, por favor, os seus trabalhos devem ser realizados de forma programada, coordenada, e a implementação deve ser integrada, gerida em conjunto, e deve ser e estar sempre unida para completar, e no seu tratamento deve ser dimensional.

Obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr.^a **Presidente**: — Distintos Deputados, estamos a 10h45min, ainda temos uns minutos para completar 11 horas, penso que nós temos um tempo para poder concluir os trabalhos do Período da Ordem do Dia.

Solicito a vossa participação, e isto já foi lido, já foi corrigido, e vamos fazer da mesma maneira como ontem. E a aprovação destas edições que nós temos aqui, é continuidade. Ontem estivemos com a edição 16, hoje estamos com a 17, a edição 18... e a edição 90? Esperem, deixem-me verificar...

A voz de um Deputado: — Do ano 2023!

Sr.^a **Presidente**: — *Ya*, do ano 2023.

Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para agradecer à Sr.^a Secretária da Mesa e aos transcritores que completaram os seus trabalhos. E convido os Srs. Deputados para se prepararem para a votação das edições do Jornal cujos números eu acabei de ler.

Preparem para votar. Votamos em bloco para as três edições.

Quem vota a favor, contra e abstenção?

Procedeu-se à votação.

Não tem cartão? Sr. Deputado, procure! É verde.

Um Deputado demorou um pouco a encontrar o cartão.

Já está?

Ainda existem abstenções? Não sei qual é a razão!

Distintos Deputados, o resultado da votação para o *Jornal do Parlamento Nacional*, para as três edições, é: a favor - 47, contra - 0 e abstenção - 2.

E ficamos assim, para concluir os nossos trabalhos do dia de hoje.

E Srs. Deputados, Presidentes das Comissões, irei fazer uma convocatória para um encontro com os Presidentes das Comissões relativo aos trabalhos, incluindo também o início do ano para a execução do orçamento do Parlamento Nacional. De maneira que eu gostaria de solicitar para sexta-feira. Pode ser, às 9 horas? Mas a convocatória vai ser por escrito e darei seguimento hoje ou amanhã.

Muitíssimo obrigado.

E continuação de bom trabalho para todos os Deputados.

A Sr.^a Presidente declarou encerrada a sessão às 10 horas e 48 minutos.

DIVISÃO DE REDAÇÃO, AUDIOVISUAL, TRANSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.